



O caminho da liberdade
50 anos do 25 de Abril



Com o apoio  Saiba mais

EXCLUSIVO REPORTAGEM

Em 1974, uma multidão entrou pelo Bairro 2 de Maio adentro e

As casas estavam destinadas à PIDE, mas o povo ocupou-as - eram estruturas precárias rodeadas por lama. Hoje, uma associação sonha com os mais novos.

Marta Sofia Ribeiro (texto) e Rui Gaudêncio (fotos)

4 de Maio de 2024, 7:00



Vítor Manuel no pátio em frente à Casa para Todos RUI GAUDÊNCIO



Ouçá este artigo

P
0,00

Oferecer assinatura



Há 50 anos, Vítor Manuel era um jovem de 20 e precisava de uma casa. Vivia no Casalinho da Ajuda, em Lisboa, e trabalhava lá perto - estava a construir o Bairro da Fundação Salazar, destinado a alojar agentes da polícia política. No dia 2 de Maio de 1974 - data tão decisiva que deu nome ao bairro -, garante que foi o primeiro a invadir a casa onde até hoje mora a filha. Estava a trabalhar no último andar de um dos lotes quando viu uma multidão a movimentar-se em direcção ao bairro: “Vieram para invadir as casas”, conta. O raciocínio foi rápido: “Eu preciso de casa, também fico aqui.” Trancou a porta como pôde, tapou as janelas com plásticos e foi buscar um colchão a casa dos sogros. Durante algum tempo era a única mobília que tinha.

Gonçalo Antunes, autor do livro *Direitos Humanos e Habitação - Evolução do Direito à Habitação em Portugal*, explica que as populações que residiam em “condições de enormíssima precariedade habitacional” aproveitaram a ressaca do 25 de Abril, um momento de particular efervescência revolucionária, para ocupar casas devolutas (<https://www.publico.pt/2010/04/25/jornal/as-casas-que--o-povo-quis-19210970>). “Tudo isto passava por alguma desvalorização do direito de propriedade, que era desvalorizada em prol de outros direitos - neste caso, o direito à habitação, que nem sequer estava consagrado na Constituição, em 1974”, explica. O direito à habitação está inscrito na Constituição desde 1976.

Em 1971, o Gabinete Técnico da Habitação identificou, em Lisboa, 197 núcleos de habitações precárias - leia-se “bairros de barracas”. Nesses espaços contavam-se 19 mil alojamentos que albergavam 22 mil famílias, cerca de 9% da população lisboeta. Depois do diagnóstico, o município apresentou um “plano de erradicação de barracas”. Projectaram-se vários bairros municipais, mas a maioria deles só seria construído depois da queda do Estado Novo. Nos primeiros dez dias após o 25 de Abril foram ocupadas entre 1500 e 2000 casas de habitação social, em Lisboa. Daí surgiu um movimento que começou pela reivindicação por habitação e mobilidade dignas e evoluiu para um questionamento político das opções do Estado relativas ao direito à habitação e propriedade.

A lama rodeava os prédios e não havia saneamento: “fazíamos as necessidades num balde e íamos despejar à terra”, conta, “não sei quantos sapatos perdi, ficava lá o sapato e trazíamos os pés todos sujos”

O Bairro 2 de Maio foi dos primeiros a serem ocupados, mas está longe de ser uma situação única. No Bairro da Boavista, em Benfica, ou o Bairro das Amendoeiras, em Chelas, os ocupantes seguiram o mesmo percurso. Partiram de zonas contíguas aos bairros, onde viviam em condições de grande precariedade, e começaram a ocupar. Era de conhecimento geral que aquelas casas, que pertenciam a organizações públicas, estavam vazias. Os processos de atribuição eram tão lentos que a maior parte das casas só passaram mesmo a ser habitadas depois do 25 de Abril. Quando chegaram, não tinham janelas nem portas, alguns não tinham sequer tecto nem as paredes todas. “A carência era tão grande que as pessoas preferiam viver em estruturas inacabadas a viver nas habitações precárias”, intui o especialista.

Em 1974, o Bairro 2 de Maio tinha 39 lotes e 353 apartamentos. Nos Censos de 2021, o Instituto Nacional de Estatística contabilizou 608 alojamentos - o bairro cresceu muito desde o dia da ocupação. Mas há quem se mantenha por lá e continue a lembrar o dia em que tudo mudou, o dia em que passou a ter um tecto de betão.





O bairro 2 de Maio, no Alto da Ajuda, em Lisboa RUI GAUDÊNCIO

Há quem viva no 2 de Maio desde 1974

Luísa Bravo tinha dez anos a 2 de Maio de 1974. Não se lembra bem desse dia, mas descreve o estado da casa: “Estava tudo em tijolo, não tínhamos tecto, nada.” Entre pais e irmãos, viviam ali 13 pessoas. A comida era cozinhada nas fogueiras que os ocupantes faziam “ao fim dos prédios”, para se aquecerem. Só mais tarde, quando o pai conseguiu arranjar trabalho - era ajudante numa refinaria de açúcar - conseguiram comprar um “fogãozinho a petróleo”. Não tinham sequer um colchão, dormiam no chão com cobertores e tremiam muito durante a noite. Acordavam “todos partidos”, recorda. O medo ficou-lhe para sempre: “Uma pessoa não esquece, foi um terror...”

Adelaide tem 87 anos e não se apercebeu do 25 de Abril até terem ligado a telefonia no trabalho. Era operária e estava a fazer mostarda na fábrica - uma manhã igual às outras. Quando ouviu o que se passava lá fora, saiu logo e veio “toda contente pela rua acima”. “Não tive medo de nada”, garante. Tinha uma filha de seis anos e vivia na Rua da Paz com outros membros da família mais alargada. Quando subiu a Calçada da Ajuda para se fixar no 2 de Maio, trouxe um “divãzinho para dormir, para guardar a casa”. Não tinha janelas, porta nem chão e faltava água, luz, saneamento, tudo. Apesar das fracas condições, nunca desistiu. “Graças a Deus, tenho a minha casinha”, repete vezes sem conta.



Vários habitantes do Bairro 2 de Maio reúnem-se todas as quintas-feiras RUI GAUDÊNCIO

Sentada ao lado de Adelaide está Fernanda. A voz sobrepõe-se a todas as outras enquanto se desdobra em histórias sobre o que veio depois da ocupação. Foram tempos de “muito sofrimento”, garante. É que o bairro não era como se vê hoje, a lama rodeia os prédios e não havia saneamento: “Fazíamos as necessidades num balde e íamos despejar à terra”, conta. Não sei

quantos sapatos perdi. Ficava lá o sapato e trazíamos os pés todos sujados...”

A certa altura, o pão começou a escassear - Fernanda tem ideia de que houve uma greve - e as crianças não tinham nada para comer. Pegou na vizinha do rés-do-chão e foram para a porta do Quartel do Regimento de Lanceiros n.º 2 pedir aos militares que lhes dessem “um bocadinho” do pão que faziam todos os dias. “E então eles, coitadinhos, deixaram de comer para darem à gente. Veio o senhor trazer a mim e a ela os pãezinhos cortados. Depois mandou a gente lá ir enquanto houvesse greve. Todos os dias faziam pão para nós.” Tem um especial apreço pelos militares que a “apoiaram muito”. Descreve Otelo Saraiva de Carvalho (<https://www.publico.pt/2009/04/24/sociedade/noticia/se-isto-nao-e-um-heroi-1376370>) como “um grande homem”. Lembra a frase que o capitão de Abril dirigiu aos ocupantes que foram falar com ele já depois daquele início de Maio: “Vocês não larguem as vossas casas porque as casas são vossas.”

As leis da ocupação

Gonçalo Antunes, especialista em habitação, menciona que “a Junta de Salvação Nacional e os militares, no geral, tiveram uma postura de legitimação perante as ocupações”. Ainda durante o Governo Provisório foi aprovado o Decreto-Lei n.º 198-A/75 (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/198-a-1975-269597>), de 14 de Abril. Lia-se nesse documento: “Enquanto houver pessoas sem casa, não é admissível que existam casas sem pessoas” - o diploma legitimava as ocupações ocorridas até ao momento, mas tornava obrigatória a celebração de contratos. As ocupações que ocorressem daí em diante seriam consideradas crime. A lei não agradou aos ocupantes, que chegaram a organizar grandes manifestações em Lisboa e no Porto.

“As forças mais moderadas começaram a tomar o poder e cada vez mais houve um agastamento com as ocupações”, explica Gonçalo Antunes, referindo-se ao I Governo Constitucional, encabeçado por Mário Soares. As ocupações “começaram a perder o momento político e a força”. O direito à habitação já estava inscrito na Constituição quando foi lançado o diploma que veio revogar o de 14 de Abril de 1975. O Decreto-Lei n.º 294/77 (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/294-250831>), de 20 de Julho, era mais duro: “Acabou a apatia para as ocupações”, diz Gonçalo Antunes. Mas a verdade é que nenhum destes era particularmente dirigido aos ocupantes de habitação social, a legislação era, em grande parte, aplicada sobre casos de ocupação de propriedade privada.



O facto de se não ter reconhecido o direito de iniciativa para a legalização aos próprios ocupantes absolve estes do insucesso das medidas [...] A insuficiência das normas postas à disposição dos proprietários e das câmaras absolve estes do facto de não terem tentado ou podido, em tão curto espaço de tempo, regularizar situações de reconhecida complexidade.

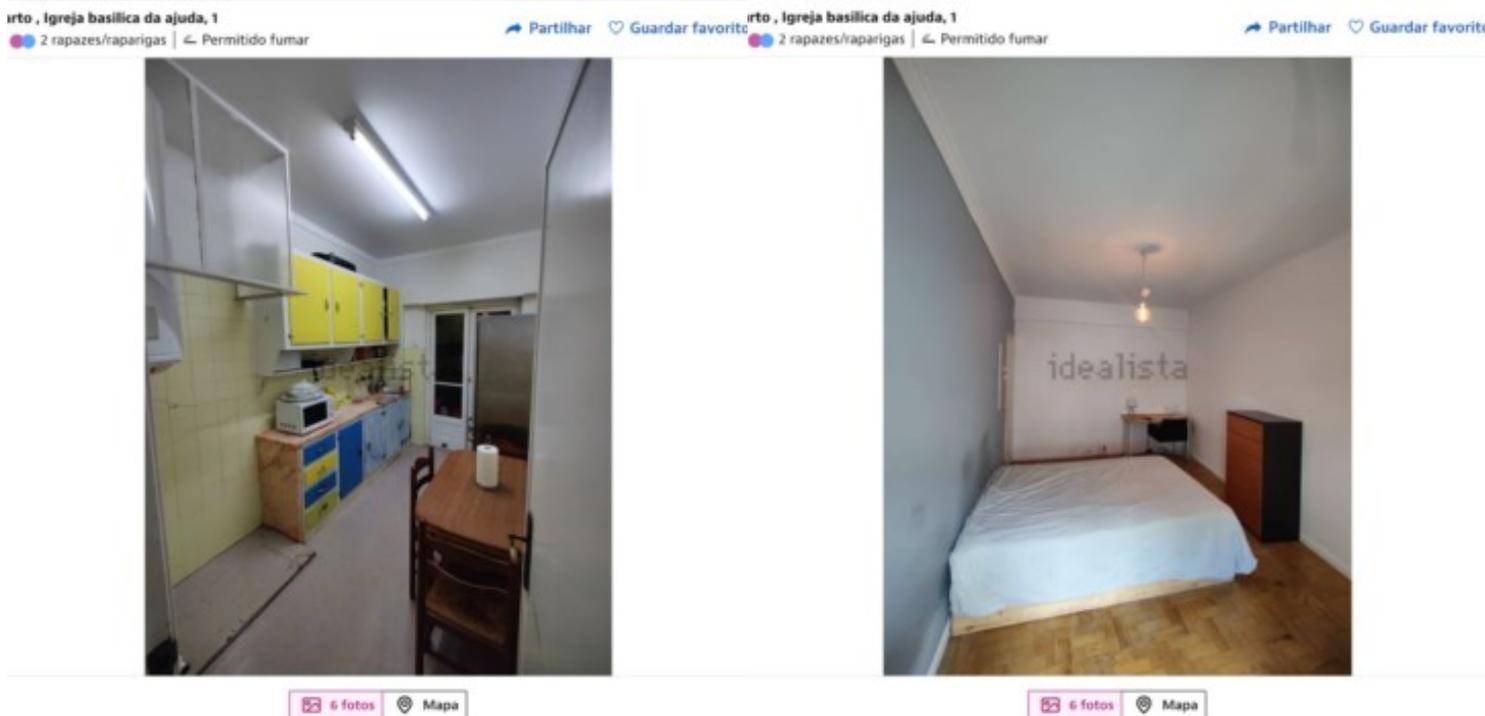
Decreto-Lei 294/77

Para resolver a questão nos fogos públicos, Gonçalo refere que “eram as próprias entidades públicas [detentoras das habitações] que promoviam acções de diálogo com os ocupantes”. De forma geral, os órgãos aceitavam as exigências de quem habitava as casas, por isso “os acordos estabelecidos são uma realidade paralela”, “não era bem um contrato de arrendamento, era outra coisa”.

O caso do bairro 2 de Maio é particularmente complexo - de tal forma que, da primeira vez que o PÚBLICO a contactou, nem a Gebalis (<https://www.gebalis.pt/Paginas/default.aspx>) (empresa que gere os arrendamentos municipais em Lisboa) sabia quem o tutelava entre 1974 e 1996. Nos primeiros anos, a recém-formada Comissão de Moradores substituiu-se à Fundação Salazar: eram os habitantes, organizados, que celebravam contratos e emitiam termos de posse. A fundação só viria a ser extinta em 1978 e todo o património imobiliário passaria para a Casa Pia de Lisboa. Um ano depois, determinou-se que a Câmara Municipal de Lisboa (CML), proprietária do terreno, também passaria a deter as habitações - o que só aconteceu mais de 16 anos depois, já em 1996. A longa transição levou a vazios de gestão que foram sendo colmatados pela Comissão de Moradores.

Em 1999, a CML definiu que se deveria passar a aplicar a todas as habitações o regime de cedência precária, segundo o qual a renda é calculada em função dos rendimentos do agregado. Em reuniões realizadas ao longo dos tempos entre a Câmara e os moradores, os segundos não estavam de acordo: defendiam que deviam ser abrangidos pelo Regime de Arrendamento Urbano (RAU). Adelaide, uma das moradoras do bairro, lembra-se bem de a Comissão de Moradores “falar do RAU” e apesar de não saber **P** de significava, confiou. Bateu-se para ficar abrangida pelo RAU e conseguiu - hoje, a renda passa pouco dos 20 euros. Oferecer assinatura

Há 608 alojamentos no bairro, mas só uma parte (454) são fogos públicos. Os outros, apesar de estarem inseridos num bairro municipal, não respondem às mesmas regras: no portal de anúncios imobiliários idealista, um quarto no bairro pode chegar aos 500 euros.



Clique para aumentar

A partir de 2003, a gestão do bairro passou para a Gebalis. Em 2013, a então vereadora da Habitação, Helena Roseta (<https://www.publico.pt/autor/helena-roseta>), propôs um novo modelo de regularização dos contratos daqueles fogos públicos – foi aprovado por unanimidade. Estabelecia que se fizessem reuniões com os moradores os informar de todos os tipos de contrato possíveis. Com esta regularização, os moradores que em 1999 não tinham dado consentimento à alteração para o regime de cedência precária, teriam oportunidade o mudar.

Uma Casa para Todos na cave do Lote 13

Vítor Manuel, Adelaide, Fernanda, Luísa e outros habitantes do bairro encontram-se todas as semanas. A Associação Amigos do Bairro 2 de Maio (AAB2M) (<https://amigosb2m.com/associacao-amigos-do-bairro-2-de-maio-liberta-sonhos-das-criancas/>) promove o convívio entre a população mais idosa e trabalha com a população infanto-juvenil da área. Em frente a um pátio com paredes coloridas e um chão pintado com jogos, há uma cave que, desde 2013, é “Casa para Todos”. Às quintas-feiras, os mais velhos reúnem-se para lanchar. Pôr um pé dentro desta casa é entrar num espaço de família: há bolo, distribuem-se amêndoas e há chá para todos - até para os convidados. E, claro, vozes sobrepostas, gargalhadas e preocupação, se falta alguém que costuma marcar presença.

A associação só nasceu formalmente em 2017, mas o espaço onde se encontram chegou a acolher algumas reuniões da agora extinta comissão de moradores, conta Adelaide. Nessa altura era tudo diferente, “ainda não tinha vindo para cá o Gonçalo”. “O Gonçalo” é Gonçalo Folgado, arquitecto e impulsor do projecto Bairro 2 de Maio Todos os Dias. Em 2013, Gonçalo e outros colegas resolveram atravessar da Faculdade de Arquitectura para o bairro que viam através da janela e ajudar quem lá vivia. Candidataram-se ao programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa (<https://www.publico.pt/2021/04/21/local/noticia/pegadas-marca-bipzip-ja-comecaram-assinaladas-cidade-1959365>) e o apoio foi atribuído: fizeram múltiplas requalificações no bairro e daí renasceu a Casa para Todos.



Ainda nessa altura, Sandra Alves (<https://arteria.publico.pt/comunidade/sandra-luta-todos-os-dias-para-puxar-para-cima-o-seu-bairro/>), que passou a vida toda no bairro, juntou-se ao projecto como “cidadã interessada”. Os anos passaram, manteve-se por perto, mas entre 2016 e 2017 percebeu que a liquidação estava perto do fim. Num dia de trabalho - Sandra é gestora de recursos humanos e financeiros numa sociedade de advogados - desabafou em frente a um cliente que as crianças podiam não ir à praia no Verão como era habitual até lá. O cliente prontificou-se a ajudar, financiou a constituição da associação e continua a fazer doações anuais de cinco mil euros. “É difícil gerir uma associação com 66 utentes” com este orçamento, admite, mas as portas continuam a abrir todos os dias.

Carina Faria é auxiliar de saúde e é, em parte, responsável pela existência da AAB2M - ainda que atribua todo o sucesso a Sandra, porque sem ela “aquilo ia acabar”. Viveu sempre no bairro, mas conta que foi depois de ser mãe que a visão sobre tudo mudou. Um dia saiu de casa e viu uma criança a partir vidros, não era caso único. Carina já tinha treinado futsal e dançado a vida toda: percebeu que estava aí a solução. “Peguei nos miúdos para não andarem a fazer porcaria, fazíamos treinos de futebol e dançávamos e cantávamos no meio da rua. Pronto, começou”. E nunca mais parou.

Todos têm um trabalho para lá das paredes da Casa para Todos. Adriana Alves é engenheira alimentar e coordenadora do Pavilhão Multiusos da Ajuda. Dá apoio ao estudo e fica muitas vezes até mais tarde para esclarecer todas as dúvidas. No ano lectivo 2016/2017 todas as crianças que frequentavam a associação transitaram de ano escolar - uma revolução no contexto do Bairro 2 de Maio que sempre tinha registado grandes taxas de retenção. Agora, há alunos de quadro de honra e os pais vão à associação saber o que se passa se houver uma nota abaixo do esperado. É assim que Sandra mede o impacto: “Hoje já temos uma miúda [que frequentou a associação] na faculdade, em Ciência Política, e outros dois que querem seguir.” Segundo os Censos de 2011, apenas 8% da população do bairro tinha pelo menos o ensino secundário completo. Em 2021, esse número subiu para 18%.



Responsável pela Associação Amigos do Bairro 2 de Maio RUI GAUDÊNCIO

Esta geração não quer ser "rebelde"

“Se não fosse a associação, seríamos a geração rebelde como as outras antes de nós”, garante um dos jovens. Não têm memória do dia da ocupação, quando nasceram o bairro já ocupava uma área maior, sempre tiveram tecto e saneamento e nunca esqueceram as ruas de lama. Sabem o que se passou como quem sabe o que leu num livro de História, não falam da



ocupação fervorosamente, não mencionam a fome, o sofrimento nem o muito repetido “graças a Deus, temos a nossa casinha”. Interessá-lhes o teatro, a dança e o desporto.

Sandra lembra-se da altura em que decidiu continuar os estudos, depois de completar o sexto ano. “Passei de ter muitos amigos para passar a ser o ‘copo de leite’ porque continuei a estudar. Por outro lado, na escola, não deixava de ser a miúda do bairro...” Sentia que não pertencia a lado nenhum. O que quer agora - e parece estar a correr bem, olhando para os sorrisos e abraços que se multiplicam - é que estes jovens vejam na Casa para Todos um sítio onde se “encaixam perfeitamente, têm a sua identidade e sabem que é aqui o caminho”.

Sempre se celebrou o dia 2 de Maio no bairro com uma grande festa, “havia a corrida do bairro, faziam-se cantares e bailaricos”, conta Sandra. Adelaide lembra-se de passar tardes naquela cave a fazer flores de papel para as celebrações. Este ano não é excepção: a festa vai repetir-se, e em dose dupla. Na quinta-feira, um grupo de pessoas das bibliotecas municipais recolheu testemunhos dos mais velhos e, às 18h, [Olga Mariano, mediadora da comunidade cigana](https://www.publico.pt/2018/04/29/sociedade/reportagem/as-mulheres-ciganas-estao-a-fazer-a-sua-pequena-revolucao-1811593) (<https://www.publico.pt/2018/04/29/sociedade/reportagem/as-mulheres-ciganas-estao-a-fazer-a-sua-pequena-revolucao-1811593>), apresentou um livro na Casa para Todos.

Mas a “festa” está marcada para este sábado, dia 4, para que mais pessoas possam estar presentes. Vai haver um torneio de futsal, comida na rua, *karaoke* e animação.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- ✕ X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- 📺 Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P
- Opinião
- Assinar

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista
- Regulamento de Comunicação de Infracções
- Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

- Gerir cookies
- Ajuda
- Termos e condições
- Política de privacidade



Oferecer assinatura



